

A TRAJETÓRIA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL³³

1. Teorias de base pragmática

1.1. A teoria da enunciação (Émile Benveniste)

A teoria da enunciação fundamenta-se nas ideias do pensador russo Mikhail Bakhtin, que definiu o caráter intersubjetivo e interacional da linguagem humana. A partir dessas ideias, o linguista francês Émile Benveniste propôs-se a estudar a subjetividade na língua, aqui considerada como o “aparelho formal da enunciação”. Para comprovar e ilustrar a tese da *subjetividade na língua*, ele estudou particularmente os sistemas pronominal e verbal do francês.

Antes de discutir esses sistemas, cabe fazer algumas considerações a respeito dos termos *enunciado* e *enunciação*. Inicialmente, é preciso distinguir os termos *frase* (ou *sentença*) e *enunciado*. A primeira constitui uma unidade do sistema da língua, é estruturada de acordo com os princípios que regem a construção de frases (gramática ou morfossintaxe) e pode ser realizada inúmeras vezes, em situações diferentes. Já o enunciado representa uma realização concreta da frase, numa dada situação de interlocução. Veja-se: “Hoje está quente” é uma frase estruturada de acordo com as regras da gramática do português, porém, ao ser proferida pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes em situações diversas, torna-se um enunciado concreto.

A partir da distinção entre enunciado e frase, a teoria da enunciação estabelece a distinção entre *enunciado* (aquilo que é efetivamente produzido pelos falantes de uma língua) e *enunciação* (o evento de produção de enunciados, o qual é único e jamais repetido). A enunciação vai além da realização linguística em si, pois *incorpora* as condições de produção (tempo, lugar, relações entre os interlocutores, os papéis que eles desempenham na interação e as imagens recíprocas que eles constroem).

A enunciação vai além do que é dito, pois também a ela interessa a que título ou com que propósito se diz. Veja-se o enunciado a seguir:

³³ Fonte: <http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/min_ofic/004.pdf>

O enunciado anterior pode receber/ter sentidos diferentes, de acordo com as circunstâncias da enunciação:

- a) Apresentado com realce na primeira folha do jornal é uma forma de chamar a atenção para a principal matéria da edição do dia.
- b) Dito por um pai diante dos filhos é um pedido (ou uma ordem) para que se poupe a energia.
- c) Proferido por um economista, é uma forma de indicar o aumento dos custos de produção de qualquer bem.
- d) Enunciado por um especialista, enfatiza a necessidade de serem buscadas formas alternativas de produção de energia.

Como já foi dito, Émile Benveniste estudou particularmente os sistemas pronominal e verbal do francês. Quanto ao primeiro, Émile Benveniste diferencia os pronomes da pessoa (1ª e 2ª) dos pronomes da não pessoa (3ª). Os pronomes da pessoa designam as participantes do ato ilocucional, os sujeitos da interação e não são propriamente substitutos do nome, pois simplesmente instauram os papéis de falante/escritor e ouvinte/leitor. Já os pronomes da não pessoa têm o caráter de substitutos (pró-formas), pois indicam os referentes do mundo extralinguístico.

No que se refere ao sistema verbal, Émile Benveniste considera dois planos da enunciação (discurso e história), cada qual caracterizado pelo uso de alguns tempos verbais. Na história, existe o relato de fatos passados, sem a presença do locutor, como se fatos se apresentassem por si sós. Os tempos da história são, em português, os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, e o futuro do pretérito. Já no plano do discurso, ocorre a presença de um “eu” que se apropria da língua e instaura o ouvinte como “tu” ou “você”. O “eu”, ao instaurar-se como locutor também define as coordenadas de espaço e tempo (*aqui e agora*), embora ele tenha a consciência que os papéis de falante e ouvinte sejam reversíveis. Os tempos do discurso são o presente e o futuro do presente, sendo comuns aos dois planos o imperfeito.

As críticas que se pode fazer à distinção entre os dois planos vêm expostas a seguir:

Inicialmente, não existe discurso sem sujeito, nem os fatos podem narrar-se por si mesmo; não existe a neutralidade do narrador, assim como

não há discurso sem sujeito. Além disso, a história só pode ser considerada dentro da dimensão discursiva, nesse caso, seria preferível admitir-se a existência do *discurso intersubjetivo* (com maior envolvimento dos locutores) e do *discurso histórico*.

A tese da *subjetividade na linguagem* serviu de base a vários estudos a respeito das marcas linguísticas da presença do sujeito, como os modalizadores e os atenuadores.

1.2. A teoria dos atos da fala

A teoria dos atos da fala deriva da filosofia da linguagem e foi definida por representantes da linguística pragmática. Esses estudiosos vieram constituir a Escola Analítica de Oxford, cujos principais representantes são John Langshaw Austin (1962) e John Rogers Searle (1969).

Essa teoria fundamenta-se em duas noções básicas: a) a distinção entre três tipos de atos de fala (*locucionários*, *ilocucionários* e *perlocucionários*); b) a distinção entre atos de fala *diretos* e *indiretos*.

A distinção entre os três tipos de atos foi estabelecida por John Langshaw Austin, segundo o qual é possível diferenciar entre os tipos enunciados a seguir:

- *Atos locucionários*: que consistem no ato de dizer em si e é constituído por um ato de referência (seleção de uma entidade do mundo extralinguístico) e um ato de predicação (atribuição de estado, propriedade, comportamento) àquela entidade (A sala/estava deserta; O urso/alimenta-se de mel).
- *Ato ilocucionário*: consistem na atribuição de uma força (pergunta, asserção, ordem, estado, juramento) aos atos locucionários. Os atos ilocucionários dividem-se em implícitos (nos quais não se usam verbos performativos) e explícitos (com o uso dos ditos verbos):

Atos implícitos	Atos explícitos
Brasil tem vinte e seis estados.	Afirmo que o Brasil tem vinte e seis estados.
Quantos são os deputados federais?	Eu pergunto: quantos são os deputados federais?
Esteja aqui às seis!	Eu ordeno que vocês estejam aqui às seis.

Atos perlocucionários: são aqueles nos quais se explicita a força do ato ilocutório, por meio de verbos performativos (*prometer, jurar, ordenar, afirmar, interrogar...*)

A respeito dessa tríplice distinção dos atos de fala podem ser formuladas algumas objeções. A primeira é óbvia, e consiste no fato de qualquer ato de fala ser, ao mesmo tempo, locutório, ilocutório e perlocutório (explícito ou implícito). Além disso, a força ilocutória, é com frequência, ambígua: quando pergunto “Você sabe que dia é hoje?”, pode ser uma simples pergunta ou a alusão a um compromisso que deveria ser cumprido. O que desfaz a ambiguidade é a entoação, alguns marcadores cinésicos (gestos, expressões faciais) ou as circunstâncias da enunciação.

Cabe considerar, também, que nem sempre existe um performativo adequado a cada ilocutório ou, quando existe, ele nem sempre é usado: numa banca de arguição, é mais comum afirmar “O seu trabalho é satisfatório” e não: “afirmo que seu trabalho é satisfatório”.

Na teoria dos atos da fala também se distinguem os atos de fala diretos e os indiretos. Os primeiros são realizados por certas formas linguísticas especializadas para obter um dado efeito: tempos e modos verbais (imperativo: ordem, solicitação; proibição; indicativo: asserção), as diferentes formas de entoação, algumas expressões convencionalizadas: *por favor, com licença*. Vejam-se os exemplos:

Que horas são	(Pergunta)
Honrarás pai e mãe e Rua	(Ordem)

Já o ato da fala indireto é realizado por meio de formas próprias a outro ato da fala:

Aqui está quente. (Pedido para abrir a janela)

Existe uma estação do metrô perto daqui? (Pedido para indicar onde fica a estação do metrô).

As críticas principais que são feitas à teoria dos atos da fala dizem respeito a dois pontos: a) a teoria dos atos da fala diz respeito a uma ação do locutor e não leva em conta a intenção deste, nem o interlocutor a que o ato se dirige (interação); b) a teoria não considera que existem atos de fala maiores que o enunciado.

1.3. A teoria da atividade verbal

A teoria da atividade verbal fundamenta-se nas ideias de psicólogos e psicolinguistas russos, entre os quais se salientam Aleksej Alekseevic Leontev (1971) e Alexander Romanovich Luria (1950), os quais, por sua vez, desenvolveram algumas ideias de Vigotsky. De acordo com essa teoria, a linguagem constitui uma *atividade social finalisticamente orientada*, pois tem como objetivo a consecução de determinados fins ou propósitos. Nesse sentido, a teoria da atividade verbal representa um avanço em relação à teoria dos atos da fala, pois considera o uso linguístico como uma atividade social, direcionada à consecução de um dado propósito.

Essa atividade linguística social também possui uma dimensão cognitiva, pois o locutor deve realizar ações que assegurem ao interlocutor o reconhecimento da intenção e a compreensão do que foi dito, assim como a aceitação do propósito almejado. Entre as ações voltadas para o reconhecimento da intenção e melhor entendimento, citam-se as repetições, as paráfrases, as correções, as explicitações, os exemplos, a ênfase, ao passo que a aceitação do propósito é mais comumente realizada por meio de justificadores e a fundamentação do que é dito.

A produção da linguagem consiste nos diversos tipos de atividades que são executadas pelos interlocutores e essas atividades são compostas por quatro elementos: a) *um enunciado*; b) *a intenção* ou *propósito* com que esse enunciado é produzido; c) *as circunstâncias* em que esse enunciado é produzido e que devem ser levadas em conta para a consecução do propósito; d) *as consequências* que advêm da consecução do objetivo.

As postulações da teoria da atividade verbal serviram de base para a teoria do texto em sua formulação mais recente, porém ela, assim como a teoria dos atos da fala, está unicamente centrada nas atividades do locutor e deixa de conferir qualquer atenção ao papel do interlocutor e ao processo da interlocução. Ora, o interlocutor não é passivo e o sentido é construído no decorrer do processo interacional. Na produção do sentido, o interlocutor não é um receptor passivo, que recupera linearmente os sentidos contidos no texto, porém cabe a ele (re)construir o sentido, com base no seu conhecimento de mundo, da inserção do texto num dado contexto socio-cognitivo e interacional e da formulação de inferências.

Quanto às inferências, trata-se de elementos implícitos que não são enunciados, porém podem ser recuperados pelo interlocutor a partir do seu conhecimento do mundo e do conhecimento partilhado entre os interlocutores. Veja-se o exemplo a seguir:

Manuel mandou vir da Alemanha o último modelo de Porsche.

Algumas informações estão implícitas, porém podem ser facilmente recuperadas:

- a) Manuel tem habilitação para dirigir autos.
- b) Ele tem condições de adquirir um auto importado de preço elevado.
- c) Ele aprecia carros esportivos.

A teoria da atividade verbal infelizmente, não leva em conta o papel das inferências e do contexto no estabelecimento do sentido.

1.4. A pragmática conversacional de Grice

O filósofo americano Herbert Paul Grice (1975) considera o *princípio da cooperação* como o fundamento da comunicação humana: quando duas ou mais pessoas propõem-se a interagir por meio de linguagem, elas procuram assumir uma atitude cooperativa, a fim de que a interlocução decorra de forma conveniente.

Desse princípio genérico fluem quatro máximas, que são enunciadas a seguir, juntamente com uma crítica a cada uma delas. Veja-se:

Máxima da quantidade: “não diga nem mais, nem menos que o necessário”.

Crítica:

este princípio não leva em conta que certas formas de interlocução são necessariamente redundantes. Esse o caso da aula, na qual os conteúdos devem ser retomados, como forma de criar um espaço comum partilhado entre o “mestre” e os alunos.

Máxima da qualidade: “só diga coisas para as quais tenha evidência adequada; não diga o que sabe não ser verdade”.

Crítica:

a segunda máxima deixa de considerar que nem sempre o locutor tem um compromisso com a verdade, pois, muitas vezes, ele pode ser irônico para demonstrar a fragilidade dos argumentos do interlocutor. Pode ocorrer, também, que o locutor “jogue verde para colher maduro”, ou seja, diga algo em que não acredita para obter uma informação mais relevante.

Máxima da relação ou da relevância: “diga somente o que é relevante para o tópico em andamento”.

Crítica:

a relevância não pode ser considerada um dado prévio, por ser algo que se define em cada passo da interação e acompanha o desenvolvimento tópico. O locutor pode enfatizar um dado que julga mais relevante, ao mesmo tempo que omite o que julgar não ser conveniente enunciar.

Máxima do modo: “seja claro e conciso e evite a ambiguidade, a prolixidade etc.”

Crítica:

em certas circunstâncias, o locutor sente a necessidade de ser prolixo, para ganhar tempo e “distrair” seu interlocutor. A ambiguidade também pode ser um procedimento intencionalmente utilizado pelo locutor.

Observa-se que as máximas constituem princípios genéricos que só se aplicam a uma interlocução idealizada, pois elas não levam em conta as diversas formas de manipulação presentes na interação verbal: ironias, alusões, pressupostos, subentendidos.

2. *Texto e discurso*

2.1. A análise do discurso de linha francesa

De acordo com Michel Pêcheux (1990), a análise do discurso desdobra-se em três fases, que serão expostas a seguir:

- a) Nas primeiras fases, são introduzidas duas noções básicas: a maquinaria discursivo-estrutural, o assujeitamento do sujeito e a heterogeneidade. A primeira diz respeito a uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma e ela compõe um conjunto de enunciados que formam um discurso igual a si mesmo e diferente de todos os demais.

Já a questão do assujeitamento do sujeito é posta da seguinte forma: quem fala (o enunciador) tem a ilusão de ser o produtor do discurso, porém o enunciador do fato é a instituição (ou a ideologia que ela representa) e o inconsciente. Por esse motivo, os enunciados que um locutor dirá tornam-se bem previsíveis, pois dependem da ideologia que ele adota.

A heterogeneidade refere-se à multiplicidade de processos discursivos justapostos que formam um dado discurso. Uma língua natural, de acordo com essa perspectiva, constitui a base invariante sobre a qual esses processos heterogêneos se desdobram.

Essas três noções fazem com que a análise do discurso recuse qualquer meta língua universal e, também, a existência de um sujeito situado e intencional.

- b) A segunda admite que os processos discursivos não são uniformes, nem existe a unidade interna dos discursos, pois os discursos provêm de várias fontes. Dessa forma, a maquinaria discursiva deixa de ser vista como algo fechado em si mesmo, porque, em sua constituição, existem elementos exteriores, provindos de outras formações discursivas que a atravessam continuamente, sob a forma de discursos pré-construídos ou transversos.

Introduz-se, nessa fase, a noção de interdiscurso para denominar o “exterior específico” que invade uma dada formação discursiva ou nela irrompe. Dessa forma, coloca-se um problema que não foi resolvido pelos autores dessa fase: paradoxo entre a maquinaria fechada em si mesma e as pressões de um “além” prévio e externo. Esse paradoxo coloca em xeque o caráter fechado da maquinaria discursiva estrutural, pois o entrelaçamento da análise do discurso acaba por criar zonas cinzentas de confronto, que são representados por efeitos discursivos de diversa ordem (ambiguidade, digressões etc.).

Nesta segunda fase, o sujeito passa a ser visto como uma função ou uma série de funções dentro do entrecruzamento dessas maquinarias discursivas. Mesmo assim, ele ainda é considerado como um ser assujeitado à maquinaria discursiva com a qual se identifica e em cujo nome fala.

- c) O paradoxo entre o interior e o exterior conduz à desconstrução das maquinarias discursivas e das formações discursivas que compõem as maquinarias. Desse paradoxo flui a crise na maquinaria estrutural e estabelece agora, o primado do outro sobre o mesmo, e passa-se que a marca mais característica do discurso é a polifonia: todo discurso traz em si a memória de muitos discursos e a presença de outras vozes.

Um conceito básico dessa fase é a heterogeneidade discursiva, que consiste na colocação em cena, pelo próprio sujeito, do outro ou do discurso do outro. Chega-se, assim, a um além interdiscursivo, no qual se opõem o “ego-eu” enunciador e o outro, no ponto em que o “ego-eu” já não possui um controle absoluto do próprio discurso.

2.2. Linguística textual

Nesta parte do trabalho, serão expostos os três passos da evolução linguística textual: as análises transfrásticas; a gramática do texto; a teoria do texto. Cabe esclarecer que esses passos não correspondem propriamente a uma sequência temporal, pois houve autores que passaram por dois deles, além dessas terem coexistido (em parte) no decurso do tempo.

2.2.1. Análises transfrásticas

As análises transfrásticas ainda não consideram o texto como o objeto de análise, pois o percurso ainda é da frase para o texto. Aliás, as análises transfrásticas surgiram a partir da observação de que certos fenômenos (estruturalismo e gramática generativa), por ultrapassarem os limites da frase simples e complexa: a correferenciação (anáfora); a correlação de tempos verbais (“*consecutio temporum*”); o uso de conectores interfrasais; o uso de artigos e indefinidos. Veja-se o exemplo a seguir:

- (01)O que os escândalos do governo Lula mostram é um antídoto à desculpa tipicamente nacional de que corrupção existe em todo lugar. Afinal revelam um padrão que, como gosta de dizer o presidente, “nunca, em 500 anos de história”, foi muito diferente do que é agora. Portanto, têm uma especificidade, e sem olhar para ela, o problema não será combatido e atenuado. (Daniel Piza, “O labirinto da corrupção”, *O Estado de S. Paulo*, 3/7/05, D3, p. 03).

Verifique-se, no fragmento acima, a presença dos conectores interfrásticos (*afinal, portanto*); a presença de relações anafóricas entre termos

situados em frases diferentes (*o presidente*, retomando Lula; as elipses – afinal \emptyset revelam; \emptyset têm – que remetem *escândalos*; *o problema*, referindo-se a *corrupção*); o emprego dos tempos verbais (presente e futuro).

Se observados a partir de uma perspectiva textual, os elementos citados (anafóricos, conectores, tempos verbais) passam a ser encarados a partir de uma perspectiva diferenciada. Com efeito, os anafóricos deixam de ser considerados meros substitutos (termo que entra no lugar de outro) e passam a ser vistos como termos que possibilitam a retomada do dado, para que a ele sejam acrescidas novas informações. Assim, a retomada de *Lula por o presidente* indica que ele sabe da existência da corrupção. Os conectivos *afinal* e *portanto* têm um nítido papel argumentativo: o primeiro introduz um fragmento que retoma o que foi dito e, ao mesmo tempo, encaminha o leitor para uma conclusão. Já o *portanto* encaminha o leitor para as conclusões desejadas pelo autor.

Os autores dessa fase valorizaram sobretudo o estudo dos vínculos interfrásticos (elementos coesivos). Nesse sentido, Roland Harweg (1968) define texto como “uma seqüência pronominal ininterrupta” e menciona como uma de suas (do texto) principais características o fenômeno do múltiplo referenciamento. Horst Isenberg (1971) conceitua texto como uma “seqüência coerente de enunciados” e enfatiza que o papel dos elementos coesivos no estabelecimento.

Outros autores que devem ser citados são Michael Alexander Kirkwood Halliday e Ruqaiya Hasan, cuja obra *Cohesion in English* (1976) definiu cinco tipos de mecanismos de coesão: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. Essa tipologia recebeu muitas críticas, pois havia sobreposição entre vários desses tipos.

O papel atribuído aos elementos coesivos no estabelecimento do sentido global do texto, porém, foi questionado quando se verificou que os citados elementos não são essenciais para a compreensão do sentido global do texto. Vejam-se os exemplos a seguir:

(02)

(2a) Não vi o acidente: não posso apontar o culpado.

(2b) Não vi o acidente: naquela hora, tinha acabado de entrar na loja.

(2c) Não vi o acidente: contaram-me que ele não respeitou a preferencial.

Mesmo na ausência de conectivos, ouvinte/leitor tem a capacidade de construir o significado global da sequência, porque pode estabelecer as relações lógico-argumentativas entre as partes dos enunciados:

2a: relação conclusiva (portanto).

2b: relação explicativa (pois).

2c: relação adversativa (porém).

Em outros textos, verifica-se que a presença de elementos coesivos não basta para assegurar o sentido global ao texto:

(03) Ivo viu a uva.

A uva é verde.

A vagem também é verde.

Vovó cozinha a vagem.

A necessidade de considerar o conhecimento intuitivo do falante na construção do sentido global do enunciado e no estabelecimento das relações entre as sentenças, e o fato de vínculos coesivos não assegurarem unidade ao texto conduzem à construção de outra linha de pesquisa. Nessa nova linha, procurou-se considerar o texto não apenas como uma lista de frases, mas um todo, dotado de unidade própria.

2.2.2. Gramáticas de texto

De acordo com Luiz Antônio Marcuschi (1999), as gramáticas textuais, pela primeira vez, propuseram o texto como objetivo central da linguística e, assim, procuraram estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, partilhado (internalizado) por todos os usuários de uma língua. Esse sistema de regras habilitaria os usuários a identificar se uma dada sequência de frases constitui (ou não) um texto e se esse texto é bem formado.

Esse conjunto de regras constitui a competência textual de cada usuário e permite aos usuários diferenciar entre um conjunto aleatório de palavras ou frases, ou um texto dotado de sentido pleno. Outras manifestações dessa competência são a capacidade de resumir ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, produzir outros textos a partir dele, atribuir-lhe um título, diferenciar as partes constitutivas do mesmo e estabelecer as relações entre essas partes.

O principal formulador da gramática gerativa de texto foi van Dijk, em sua obra *Some aspects of text grammars* (1972).

Michel Charolles (1983) admite que o falante possui três competências básicas:

- a) *Competência formativa*: permite ao usuário produzir e compreender um número infinito de texto e avaliar, de modo convergente, a boa ou má formação de um texto.
- b) *Competência transformativa*: refere-se à capacidade de resumir um texto, parafraseá-lo, reformulá-lo, ou atribuir-lhe um título, assim como de avaliar a adequação do resultado dessas atividades.
- c) *Competência qualificativa*: concernente à capacidade de o usuário identificar o tipo ou gênero de um dado tipo, bem como à possibilidade de produzir um texto de um tipo particular.

As gramáticas de texto tiveram o mérito de estabelecer duas noções basilares para a consolidação dos estudos concernentes ao texto/ discurso. A primeira é a verificação de que o texto constitui a unidade linguística mais elevada e se desdobra ou se subdivide em unidades menores, igualmente passíveis de classificação. As unidades menores (inclusive os elementos léxicos e gramaticais) devem sempre ser consideradas a partir do respectivo papel na estruturação da unidade textual. A segunda noção básica constitui o complemento e a decorrência da primeira noção enunciada: não existe continuidade entre frase e texto, uma vez que se trata de entidades de ordem diferente e a significação do texto não constitui unicamente o somatório das partes que o compõem.

Apesar dos avanços apontados, cabe reconhecer alguns problemas na formulação das gramáticas textuais. O primeiro é a conceituação do texto como uma unidade formal, dotada de uma estrutura interna e gerada a partir de um sistema finito de regras, internalizado por todos os usuários da língua. Esse sistema finito de regras constituiria a gramática textual de uma língua, semelhante, em sua formulação, à gramática gerativa da sentença, de Chomsky. Ora, fica difícil propor um percurso gerativo para o texto, pelo fato de ele não constituir uma unidade estrutural, originária de uma estrutura de base e realizada por meio de transformações sucessivas. Outro problema das gramáticas de texto é a separação entre as noções de texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade de uso). Essa separação é injustificada, pois o texto só pode ser compreendido a partir do uso

em uma situação real de interação. Foi a partir das considerações anteriores que os estudiosos iniciaram a elaboração de uma *teoria de texto*, que discutisse a constituição, o funcionamento, a produção dos textos em uso numa situação real de interação verbal.

2.2.3. *Linguística textual*

Como lembra Luiz Antônio Marcuschi (1998), no final da década de setenta, o enfoque deixa de ser a competência textual dos falantes e, assim, passa-se a considerar a noção de *textualidade*, assim estabelecida por Robert Alain de Beaugrande e Wolfgang Ulrich Dressler (1981): “modo múltiplo de conexão ativado sempre que ocorrem eventos comunicativos”. Outras noções relevantes da linguística textual são o *contexto* (genericamente, o conjunto de condições externas à língua, e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto) e *interação* (pois o sentido não está no texto, mas surge na interação entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte).

Essa nova etapa no desenvolvimento da linguística de texto decorre de uma nova concepção de língua (não mais um sistema virtual autônomo, um conjunto de possibilidades, mas um sistema real, usado em determinados contextos comunicativos) e um novo conceito de texto (não mais encarado como um produto pronto e acabado, mas um processo, uma unidade em construção). Com isso, fixou-se como objetivo a ser alcançado a análise e explicação da unidade texto em funcionamento e não a apreensão das regras subjacentes a um sistema formal abstrato. A linguística textual, nesse estágio de sua evolução, assume nitidamente uma feição interdisciplinar, dinâmica, funcional e processual, que não considera a língua como entidade autônoma ou formal. (MARCUSCHI, 1998)

2.2.3.1. O texto como processo

A linguística textual parte do pressuposto de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processo de ordem cognitiva, de modo que o agente dispõe de modelos e tipos de operações mentais. No caso do texto, consideram-se os processos mentais de que resulta o texto, numa abordagem procedimental. De acordo com Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2004), nessa abordagem “os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a

atividade seja coroada de sucesso”. Essas atividades geram expectativas, de que resulta um projeto nas atividades de compreensão e produção do texto.

A partir da noção de que o texto constitui um processo, Wolfgang Heinemann e Dieter Viehweger (1991) definem quatro grandes sistemas de conhecimento, responsáveis pelo processamento textual:

- (a) *Conhecimento linguístico*: corresponde ao conhecimento do léxico e da gramática, responsável pela escolha dos termos e a organização do material linguístico na superfície textual, inclusive dos elementos coesivos.
- (b) *Conhecimento enciclopédico ou de mundo*: compreende as informações armazenadas na memória de cada indivíduo. O conhecimento do mundo compreende o conhecimento declarativo, manifestado por enunciações acerca dos fatos do mundo (“O Paraná divide-se em trezentos e noventa e nove municípios”; “Santos é o maior porto da América Latina”) e o conhecimento episódico e intuitivo, adquirido através da experiência (“Não dá para encostar o dedo no ferro em brasa”).

Ambas as formas de conhecimento são estruturadas em modelos cognitivos. Isso significa que os conceitos são organizados em blocos e formam uma rede de relações, de modo que um dado conceito sempre evoca uma série de entidades. É o caso de *futebol*, ao qual se associam: *clubes, jogadores, uniforme, chuteira, bola, apito, árbitro*.... Aliás, graças a essa estruturação, o conhecimento enciclopédico transforma-se em conhecimento procedimental, que fornece instruções para agir em situações particulares e agir em situações específicas.

- (c) *Conhecimento interacional*: relaciona-se com a dimensão interpessoal da linguagem, ou seja, com a realização de certas ações por meio da linguagem. Divide-se em:
 - conhecimento ilocucional: referentes aos meios diretos e indiretos utilizados para atingir um dado objetivo;
 - conhecimento comunicacional: ligado ao anterior, relaciona-se com os meios adequados para atingir os objetivos desejados;

- conhecimento metacomunicativo: refere-se aos meios empregados para prevenir e evitar distúrbios na comunicação (procedimentos de atenuação, paráfrases, parênteses de esclarecimento, entre outros).

Conhecimento acerca de superestruturas ou modelos textuais globais: permite aos usuários reconhecer um texto como pertencente a determinado gênero ou tipo.

2.2.3.2. Contexto e interação

O processamento do texto depende não só das características internas do texto, como do conhecimento dos usuários, pois é esse conhecimento que define as estratégias a serem utilizadas na produção/recepção do texto. Todo e qualquer processo de produção de textos caracteriza-se como um processo ativo e contínuo do sentido, e liga-se a toda uma rede de unidades e elementos suplementares, ativados necessariamente em relação a um dado contexto sociocultural. Dessa forma, pode-se admitir que a construção do sentido só ocorre num dado contexto.

Aliás, segundo Dan Sperber e Deidre Wilson (1986, p. 109 e ss.) o contexto cria efeitos que permitem a interação entre informações velhas e novas, de modo que entre ambas se cria uma implicação. Essa implicação só é possível porque existe uma continuidade entre texto e contexto e, além do mais, a cognição é um fenômeno situado, que acontece igualmente dentro da mente e fora dela.

O sentido de um texto e a rede conceitual que a ele subjaz emergem em diversas atividades nas quais os indivíduos se engajam. Essas atividades são sempre situadas e as operações de construção do sentido resultam de várias ações praticadas pelos indivíduos, e não ocorrem apenas na cabeça deles. Essas ações sempre envolvem mais de um indivíduo, pois são ações conjuntas e coordenadas: o escritor/falante tem consciência de que se dirige a alguém, num contexto determinado, assim como o ouvinte/leitor só pode compreender o texto se o inserir num dado contexto. A produção e a recepção de textos são, pois, atividades situadas e o sentido flui do próprio contexto.

Essa nova perspectiva deriva do caráter diálogo da linguagem: o ser humano só se constrói como ator e agente e só define sua identidade em face do outro. O ser humano só o é em face do outro e só define como

tal numa relação dinâmica com a alteridade (BAKHTIN, 1992). A compreensão da mensagem é, desse modo, uma atividade interativa e contextualizada, pois requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes e habilidades e a inserção desses saberes e habilidades no interior de um evento comunicativo.

O sentido de um texto é construído (ou reconstruído) na interação texto-sujeitos (ou texto-coenunciadores) e não como algo prévio a essa interação. A coerência, por sua vez, deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, e passa a ser vista ao modo como o leitor/ouvinte, a partir dos elementos presentes na superfície textual, interage com o texto e o reconstrói como uma configuração veiculadora de sentidos.

3. Conclusão

Cabe assinalar, em forma de conclusão, que essa nova visão acerca de texto, contexto e interação resulta, inicialmente, de uma contribuição relevante, proporcionada pelos estudiosos das ciências cognitivas: a ausência de barreiras entre exterioridade e interioridade, entre fenômenos mentais e fenômenos físicos e sociais. De acordo com essa nova perspectiva, há uma continuidade entre cognição e cultura, pois esta é apreendida socialmente, mas armazenada individualmente.

Ressalta-se, também, a evolução da noção de contexto. Para a análise transfrástica o contexto era apenas o cotexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes, a um dado enunciado). Já para a gramática de texto contexto é a situação de enunciação, conceito que foi ampliado para abranger, na linguística textual, o entorno sociocultural e histórico comum aos membros de uma sociedade e armazenado individualmente em forma de modelos cognitivos. Atualmente, o contexto é representado pelo espaço comum que os sujeitos constroem na própria interação.